



Instituto
terroá

E-BOOK

O SOCIAL “DA PORTA PARA FORA”:

Estratégias para potencializar o 'S' do ESG

"O Social da Porta para Fora: Estratégias para Potencializar o 'S' do ESG"

Elaborado por Instituto Terroá

Importante

Os conteúdos deste eBook podem ser utilizados por qualquer pessoa, desde que seja reconhecida a autoria do Instituto Terroá. Este documento não concede licença para releitura ou revenda de qualquer informação nele contida. Caso deseje realizar uma releitura ou revender o conteúdo deste eBook, é necessário obter autorização prévia e expressa do Instituto Terroá. Recomendamos não tomar decisões com base nas informações contidas nesta publicação sem antes consultar aconselhamento profissional adequado. Na medida permitida pela lei, o Instituto Terroá não assume responsabilidade por qualquer ação ou omissão decorrente da utilização deste material ou decisões nele baseadas.

A reprodução desta publicação para fins de venda ou comerciais não é permitida.

© 2024 Instituto Terroá.
Todos os direitos reservados.

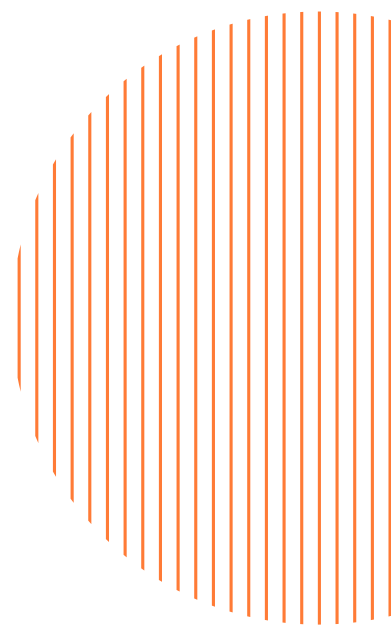


BEM-VINDO AO EBOOK "O SOCIAL DA PORTA PARA FORA: ESTRATÉGIAS PARA POTENCIALIZAR O 'S' DO ESG"

Nos últimos anos, o ESG (Environmental, Social, and Governance) tem ganhado destaque como uma prioridade estratégica para empresas comprometidas com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa. Enquanto os pilares ambiental e de governança têm recebido considerável atenção, o componente social, representado pelo "S", ainda é, em muitas ocasiões, subestimado ou pouco compreendido.

Este ebook foi criado para explorar a dimensão social no ESG e a importância de entender os impactos que as empresas geram "da porta para fora". A expressão refere-se a todos os efeitos sociais que vão além dos limites físicos da empresa, abrangendo a cadeia de valor, as comunidades locais, e os stakeholders externos. Ao longo dos próximos capítulos, iremos discutir a relevância estratégica do "S" no ESG, oferecer insights sobre como mitigar riscos sociais e maximizar impactos positivos, e apresentar casos práticos que ilustram a importância de integrar essas ações em uma abordagem corporativa sólida e responsável.

Este conteúdo foi elaborado pelos especialistas do Instituto Terroá, uma organização que atua diretamente na promoção do desenvolvimento territorial sustentável e na integração do 'S' do ESG nas práticas corporativas. Ao final deste eBook, você encontrará um convite para parceria, pois acreditamos que juntos podemos potencializar impactos sociais positivos e construir um futuro mais justo e sustentável.



Capítulo 1: Introdução

1.1. A Importância de compreender as ações "Da Porta para Fora".....	06
1.2. Objetivo deste eBook.....	08

Capítulo 2: A Importância do "S" no ESG

2.1. Definição e Relevância do "S" no ESG.....	09
2.2. Integração do "S" no Negócio.....	09
2.3. O Valor de um ESG Socialmente Responsável.....	10
2.4. O "S" como Diferencial Competitivo.....	10
2.5. Gerando impactos positivos: mais do que mitigar e compensar.....	10

Capítulo 3: Riscos Sociais Transversais "Da Porta Para Fora"

3.1. A Natureza transversal dos riscos sociais.....	13
3.2. A responsabilidade compartilhada ao longo da cadeia de valor.....	14
3.3. Exemplos de Riscos.....	15
3.3.1 Direitos Humanos.....	15
3.3.2 Impacto Comunitário.....	15
3.3.3. Meio ambiente e implicações sociais.....	16
3.3.4 Diversidade e Inclusão.....	16
3.3.5. Saúde e Segurança.....	16
3.8. Considerações finais sobre riscos transversais.....	16

Capítulo 4: Documentos de Referência e Normas

4.1. A Importância dos Documentos de Referência e Normas no ESG.....	17
4.2. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (ONU).....	17
4.3. ISO 26000: Diretrizes sobre Responsabilidade Social.....	18
4.4. Global Reporting Initiative (GRI).....	18
4.5. Protocolos de CLPI e Licença Social para Operar.....	19
4.6. Outras Referências Importantes.....	20
4.7. Implementando Normas e Documentos de Referência: Desafios e Oportunidades....	19

Capítulo 5: Estratégias Integradas para a Gestão de Riscos Sociais e Ações Estruturantes

5.1. Políticas da Empresa.....	22
5.2. Diagnósticos.....	22
5.3. Relacionamentos.....	23
5.4. Temas Materiais (Materialidade).....	24
5.5. Planos de Ação em Resposta aos Riscos.....	24
5.6. Empresas como agentes de Transformação Social nos territórios - Programas Estruturantes e Relação com o Investimento Social da Empresa.....	25

Capítulo 6: Tendências e Novas Exigências

6.1. Diretiva de Direitos Humanos da União Europeia.....	28
6.2. Pressões dos Stakeholders.....	28
6.3. Futuro das Exigências Regulatórias.....	29

Capítulo 7: Rastreando sua cadeia em prol dos direitos humanos

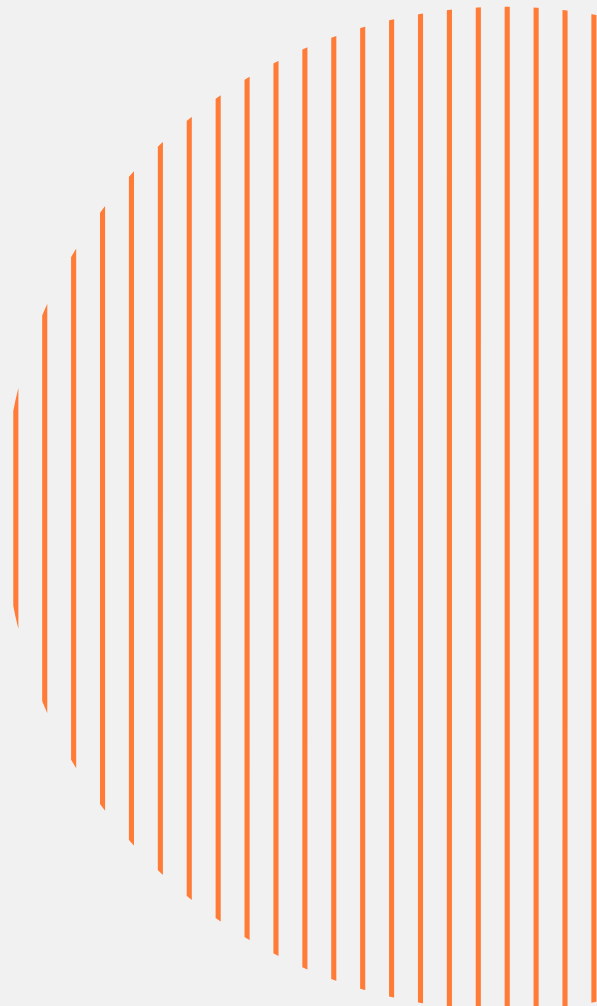
7.1 A Importância da Rastreabilidade na Dimensão Social.....	30
7.2 A Integração da Rastreabilidade na Estratégia de ESG.....	30
7.3 Confiaprod: Uma Solução Completa para Rastreabilidade Socioambiental.....	31

Capítulo 8: Quais serão seus próximos passos?..... 33

Capítulo 9 - Cases Terroá..... 34

Convite para Parceria..... 35

Referências Bibliográficas..... 36



CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

O conceito de ESG (Environmental, Social, and Governance) tem se consolidado como uma prioridade estratégica para empresas em todo o mundo. À medida que investidores, consumidores e reguladores exigem maior transparência e responsabilidade, as empresas estão cada vez mais conscientes de que suas práticas ambientais, sociais e de governança são cruciais não apenas para sua reputação, mas também para a sustentabilidade a longo prazo e o sucesso financeiro.

No entanto, enquanto os aspectos ambientais e de governança frequentemente recebem atenção, a dimensão social (o "S" no ESG) é muitas vezes subestimada ou mal compreendida. É precisamente essa dimensão que abrange as interações e impactos da empresa "da porta para fora" – ou seja, tudo o que ocorre além dos limites físicos da organização, incluindo o entorno da operação, a cadeia produtiva, e a cadeia logística.

1.1. A Importância de compreender as ações "Da Porta para Fora"

A expressão "da porta para fora" refere-se a todos os impactos sociais que uma empresa gera fora de suas instalações imediatas.

Esses impactos podem ser tanto positivos quanto negativos, e sua gestão adequada é essencial para garantir que a empresa mantenha uma Licença Social para Operar (LSO) – o apoio e a aceitação da comunidade, sem os quais a continuidade dos negócios pode ser seriamente comprometida.

Ao tratar desses impactos, as empresas não só cumprem suas obrigações legais e éticas, mas também constroem relações mais fortes e sustentáveis com as comunidades e outros stakeholders, mitigando riscos e criando oportunidades para inovações sociais. Por isso, compreender e atuar sobre a dimensão "da porta para fora" não é apenas uma questão de conformidade; é uma alavanca estratégica para o crescimento e a resiliência empresarial.

É fundamental entender que as ações "da porta para fora" não podem ser dissociadas das práticas "da porta para dentro". O que a empresa faz em termos de responsabilidade social e ambiental externamente deve estar profundamente integrado à sua cultura, valores e operações internas. Por exemplo, uma empresa que promove políticas de diversidade e inclusão em suas contratações internas reforça sua credibilidade quando participa de projetos comunitários voltados à inclusão social ou ao empoderamento de grupos sub-representados.

Da mesma forma, uma companhia que implementa práticas rigorosas de gestão ambiental em suas fábricas, como redução de emissões de carbono, deve assegurar que seus fornecedores também adotem padrões sustentáveis semelhantes, refletindo uma cadeia de valor comprometida com a sustentabilidade.

Essa coerência entre o que acontece dentro e fora da empresa fortalece sua credibilidade e legitimidade perante todos os stakeholders.

Quando as práticas internas e externas estão alinhadas, a empresa não apenas protege e expande sua Licença Social para Operar, mas também cria um ciclo virtuoso de sustentabilidade.

Por exemplo, ao investir em programas de capacitação para seus funcionários, a empresa pode estender esse compromisso ao apoiar iniciativas de educação e treinamento em comunidades locais, gerando impactos positivos tanto na produtividade interna quanto no desenvolvimento socioeconômico das áreas em que opera.

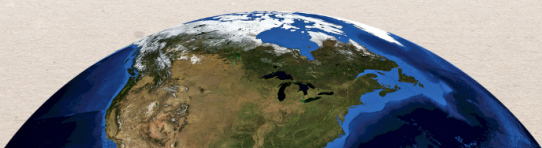
Esse alinhamento não só melhora o engajamento dos colaboradores, que se sentem parte de uma organização ética e responsável, mas também aumenta a eficiência operacional ao integrar valores sustentáveis em cada etapa do negócio.

Portanto, as ações "da porta para fora" são, na verdade, uma extensão natural e indispensável das práticas "da porta para dentro", refletindo um compromisso genuíno com a sustentabilidade em todos os níveis da organização.

Do ponto de vista do planeta não se pode “jogar fora”, pois não existe “fora”.

E do ponto de vista das organizações?

E que se faz “da porta para fora” está integrado ao que se faz do lado de dentro.



1.2. Objetivo deste eBook

Este eBook foi concebido para fornecer uma visão estratégica e prática sobre como gerenciar eficazmente os riscos sociais "da porta para fora" de sua empresa. Destinado a lideranças de sustentabilidade/ESG de grandes organizações, este documento visa ser um guia conciso e direto ao ponto, que permite entender rapidamente os principais desafios e as melhores práticas para enfrentá-los.

Ao longo dos próximos capítulos, exploraremos exemplos reais de riscos sociais, discutiremos os principais documentos de referência e normas que devem ser observados, analisaremos as tendências emergentes e as novas exigências regulatórias, e apresentaremos caminhos para a resolução desses desafios. Nosso objetivo é equipá-lo com o conhecimento necessário para fortalecer a gestão social de sua empresa e, ao mesmo tempo, demonstrar como o Instituto Terroá pode ser um parceiro valioso nessa jornada.

CAPÍTULO 2:

A IMPORTÂNCIA DO "S" NO ESG

2.1. Definição e Relevância do "S" no ESG

No tripé do ESG, o componente "S", que representa a dimensão social, é muitas vezes o menos compreendido e, paradoxalmente, o que mais influencia o sucesso de longo prazo de uma empresa.

A dimensão social abrange uma ampla gama de fatores, incluindo direitos humanos, condições de trabalho, impacto nas comunidades, diversidade e inclusão, e responsabilidade em toda a cadeia de valor.

A gestão social eficaz é vital porque lida diretamente com o capital humano – tanto dentro quanto fora da empresa – e com as comunidades que são impactadas pelas operações corporativas.

A falha em gerenciar adequadamente esses aspectos pode resultar em riscos significativos, como perda da Licença Social para Operar (LSO), boicotes, litígios, e danos irreparáveis à reputação e, principalmente, às pessoas e comunidades impactadas.

Em um mundo onde a interconexão e a transparência são cada vez maiores, as ações sociais "da porta para fora" estão sob constante escrutínio. Os stakeholders – incluindo investidores, consumidores, ONGs e comunidades – estão cada vez mais atentos e exigentes em relação às práticas sociais das empresas.

Assim, o "S" no ESG não é apenas uma questão de responsabilidade social, de gerar impacto positivo e mitigar os negativos, mas também uma fonte de vantagem competitiva.

2.2. Integração do "S" no Negócio

A integração do "S" no ESG exige uma abordagem estratégica, onde as questões sociais são incorporadas em todos os aspectos do negócio, desde a formulação de políticas até a operação diária. Não basta tratar o social como um complemento ou uma resposta reativa a crises. Em vez disso, ele deve ser parte intrínseca da estratégia corporativa, alinhado com os objetivos de negócio e conectado à criação de valor a longo prazo.

1. Alinhamento Estratégico: Empresas líderes reconhecem que o sucesso em ESG depende da integração das preocupações sociais com os objetivos de negócios. Isso significa garantir que a dimensão social esteja refletida nas políticas corporativas, práticas operacionais e processos de tomada de decisão.

2. Inovação e Resiliência: A gestão eficaz do "S" também pode ser uma fonte de inovação. Ao responder proativamente aos desafios sociais, as empresas podem descobrir novas oportunidades de mercado, desenvolver produtos e serviços que atendam às necessidades sociais, e fortalecer sua resiliência em face de mudanças e crises.

3. Relacionamento com Stakeholders: Um dos principais fatores para o sucesso na gestão do "S" é o relacionamento com os stakeholders. Isso inclui não apenas os colaboradores e parceiros diretos, mas também as comunidades, consumidores, fornecedores e ONGs. A construção de relacionamentos sólidos e de confiança é fundamental para evitar conflitos, mitigar riscos e fortalecer a reputação corporativa.

2.3. O Valor de um ESG Socialmente Responsável

Implementar e integrar o "S" no ESG de forma eficaz traz inúmeros benefícios tangíveis e intangíveis para as empresas. Alguns desses benefícios incluem:

- **Fortalecimento da Marca:** Empresas que demonstram um compromisso genuíno com a responsabilidade social podem melhorar sua reputação e construir uma marca mais forte e confiável.

- **Atração e Retenção de Talentos:** Cada vez mais, os profissionais preferem trabalhar para empresas que valorizam a responsabilidade social e que estão alinhadas com seus próprios valores éticos.

- **Mitigação de Riscos:** Ao identificar e gerenciar os riscos sociais proativamente, as empresas podem evitar crises e litígios que poderiam ter impactos negativos significativos no negócio.

- **Acesso a Novos Mercados e Capital:** Investidores e consumidores estão cada vez mais atentos às práticas sociais das empresas. Um forte desempenho social pode abrir portas para novas oportunidades de mercado e facilitar o acesso a capital.

- **Resiliência e Sustentabilidade:** Empresas que integram o "S" de forma estratégica em sua operação são mais resilientes a choques e crises, e estão melhor posicionadas para alcançar uma sustentabilidade de longo prazo.

2.4. O "S" como Diferencial Competitivo

A dimensão social do ESG pode ser transformada em um verdadeiro diferencial competitivo quando gerida de forma estratégica. Empresas que conseguem alinhar suas operações com os interesses das comunidades, respeitando os direitos humanos e promovendo práticas de trabalho justas, não apenas evitam riscos, mas também constroem uma base sólida para o crescimento sustentável.

Ao integrar o "S" nas suas estratégias de negócios, as empresas não só protegem sua reputação e fortalecem sua marca, mas também abrem caminho para inovações sociais que podem gerar valor para todos os stakeholders envolvidos.

2.5. Gerando impactos positivos: mais do que mitigar e compensar

A gestão social eficaz no contexto do ESG não deve se limitar à mitigação de impactos negativos ou à compensação de danos. Embora essas sejam práticas essenciais para evitar crises e manter a Licença Social para Operar (LSO), o verdadeiro valor de um ESG socialmente responsável vai além disso.

As empresas têm o poder – e a responsabilidade – de criar impactos positivos que beneficiem diretamente as comunidades, os trabalhadores e o meio ambiente, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Impactos Positivos como Motor de

Transformação: Gerar impactos positivos significa ir além do mínimo exigido e buscar ativamente melhorar a qualidade de vida das comunidades, contribuir para a erradicação da pobreza, promover a inclusão social e fortalecer a resiliência dos sistemas sociais e ambientais. Por exemplo, uma empresa pode investir em programas de educação e capacitação para comunidades locais, capacitando indivíduos e preparando-os para oportunidades de trabalho qualificado, o que, por sua vez, fortalece a economia local e cria um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Contribuição para Objetivos Globais: As empresas que se comprometem a gerar impactos positivos também desempenham um papel crucial na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Isso inclui contribuir para metas como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, educação de qualidade e trabalho decente, entre outras. Essas iniciativas não só melhoram a reputação da empresa, mas também ajudam a construir um mundo mais justo e sustentável.

Criação de Valor Compartilhado: Gerar impactos positivos também significa criar valor compartilhado – um conceito em que as atividades empresariais não apenas geram lucro, mas também beneficiam a sociedade em geral.

Um exemplo disso é o desenvolvimento de produtos e serviços que atendam às necessidades de comunidades vulneráveis, ao mesmo tempo em que geram novos mercados e oportunidades de crescimento para a empresa. Ao se concentrar na criação de valor compartilhado, as empresas não apenas fortalecem suas operações, mas também contribuem para o bem-estar coletivo.

Inovação Social e Sustentabilidade a Longo

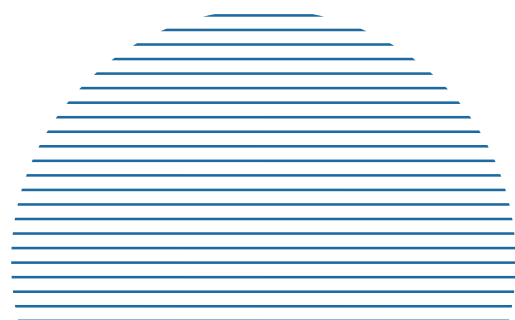
Prazo: Ao adotar uma abordagem que prioriza a geração de impactos positivos, as empresas também se posicionam como líderes em inovação social. Isso pode envolver a co-criação de soluções com as comunidades, a implementação de práticas que promovam a equidade e a justiça, ou o investimento em tecnologias que beneficiem tanto as pessoas quanto o planeta. Essas inovações não apenas diferenciam a empresa no mercado, mas também garantem sua relevância e sustentabilidade a longo prazo.

SROI - Social Return on Investment: Existem várias abordagens, métodos e indicadores sendo construídos para avaliar o retorno das estratégias sociais adotadas pelas companhias, como o SROI (Social Return on Investment), o True Value e o Integrated Profit and Loss (IP&L). Esses métodos têm verificado retornos positivos em vários níveis, como na redução de absenteísmo e aumento de produtividade dos colaboradores, na ampliação de parcerias e articulações relevantes ao negócio, na expansão de exportações e vendas para clientes com elevados padrões de compliance social, além de gerar aumento no valor da marca e fidelização dos consumidores.

Além disso, essas abordagens contribuem para o desenvolvimento do capital humano e social local, promovendo mão-de-obra qualificada e ecossistemas mais resilientes e prósperos ao desenvolvimento dos negócios.

Diante do exposto neste tópico, é possível considerar que gerar impactos positivos é um passo além da responsabilidade social tradicional. É uma abordagem proativa que busca transformar realidades, fortalecer comunidades e criar um mundo mais sustentável.

Para as empresas, isso significa não apenas cumprir suas obrigações, mas também liderar pelo exemplo, mostrando que o sucesso empresarial e o progresso social podem – e devem – andar de mãos dadas.



CAPÍTULO 3: RISCOS SOCIAIS TRANSVERSAIS "DA PORTA PARA FORA"



3.1. A Natureza transversal dos riscos sociais

Os riscos sociais "da porta para fora" são multifacetados e podem se manifestar em diversos contextos, independentemente do setor em que a empresa opera. Eles não são exclusivos de uma indústria ou geografia, mas sim inerentes a qualquer organização que interaja com comunidades, ambientes, e cadeias de valor. Esses riscos podem surgir em qualquer ponto da cadeia de valor – desde o fornecimento de matérias-primas até a entrega final de produtos – e variam em sua gravidade e impacto.

Para lideranças de sustentabilidade/ESG, é essencial não apenas identificar esses riscos, mas também entender sua origem e impacto, para então desenvolver estratégias eficazes de mitigação. A seguir, discutimos os principais tipos de riscos sociais que se manifestam em diferentes contextos empresariais, destacando suas implicações para a gestão estratégica de ESG.

3.2. A responsabilidade compartilhada ao longo da cadeia de valor

As empresas não operam isoladamente; elas fazem parte de redes complexas de fornecedores, distribuidores, e outros stakeholders que juntos compõem a cadeia de valor. Essa interconexão significa que a responsabilidade pelas práticas sociais e ambientais não se limita às atividades internas da empresa, mas se estende a todos os elos dessa cadeia.



De acordo com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas, as empresas têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos em todas as suas operações e também de prevenir ou mitigar impactos adversos que estejam diretamente ligados a suas atividades, produtos ou serviços, mesmo que não tenham contribuído diretamente para esses impactos【UN Guiding Principles on Business and Human Rights, 2011】.

Além disso, a Diretiva de Diligência Devida em Direitos Humanos e Meio Ambiente da União Europeia (CS3D), proposta em 2022 e aprovada pelo Parlamento Europeu em 2023, reforça a necessidade de as empresas realizarem a devida diligência para identificar, prevenir, mitigar e eliminar violações de direitos humanos e impactos ambientais ao longo de suas cadeias de valor globais. A CS3D exige que grandes empresas da União Europeia, ou aquelas que realizam negócios significativos no bloco, auditem minuciosamente todas as etapas de suas operações, desde a extração de matéria-prima até a distribuição do produto final, para assegurar a conformidade com padrões sociais e ambientais rigorosos.

A diretiva se aplica a empresas europeias com mais de mil empregados e um faturamento global superior a € 450 milhões, assim como a empresas estrangeiras que atingirem o mesmo patamar de faturamento dentro da União Europeia. Essa nova regulamentação impõe uma responsabilidade ampliada, onde as empresas devem monitorar suas cadeias de valor, inclusive fornecedores e produtores que, embora não comercializem diretamente com a Europa, estão indiretamente conectados por meio de exportações feitas por grandes empresas brasileiras e outras multinacionais. Por exemplo, um produtor de carne, soja ou algodão no Brasil que vende para grandes corporações nacionais precisará assegurar que seus produtos estão em conformidade com as exigências europeias, já que estas corporações exportam para o mercado europeu.

A CS3D também se aplica a subsidiárias brasileiras de grandes empresas europeias, que deverão verificar suas cadeias de fornecimento para reportar à matriz. Cada um dos 27 países-membros da UE terá dois anos para implementar legislações nacionais que atendam às exigências mínimas estabelecidas pela diretiva, adaptando, onde necessário, as leis já existentes, como na França e na Alemanha. A implementação da CS3D ocorrerá em três fases, entre 2027 e 2029, dependendo do tamanho da empresa, com as maiores corporações, aquelas com mais de 5 mil empregados e faturamento global superior a 1,5 bilhão de euros, sendo as primeiras a cumprir as novas regras.

Essa responsabilidade compartilhada e de ampla escala exige que as empresas adotem uma abordagem proativa na gestão de suas cadeias de valor, garantindo que todas as partes envolvidas cumpram os padrões sociais e ambientais estabelecidos. A falha em atender a esses requisitos pode resultar em riscos significativos, que afetam não apenas a empresa principal, mas toda a rede de valor, ampliando a necessidade de diligência e transparência em cada ponto da cadeia produtiva.

3.3. Exemplos de Riscos

3.3.1 Direitos Humanos

Os riscos relacionados aos direitos humanos são amplamente reconhecidos como uma das áreas mais críticas da dimensão social no ESG. Eles incluem abusos como trabalho forçado, trabalho infantil, discriminação, e violação dos direitos das comunidades locais.

Esses riscos são particularmente prevalentes em cadeias de suprimentos complexas e globais, onde a visibilidade e o controle sobre as práticas dos fornecedores podem ser limitados.

Por exemplo, uma empresa global que terceiriza a fabricação de seus produtos em vários países enfrenta desafios em garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados em todas as suas fábricas terceirizadas. A falta de auditorias adequadas e de um monitoramento contínuo pode resultar em violações de direitos humanos, gerando passivos não apenas sociais, mas institucionais, que afetam sua reputação e resultam em sanções legais.

3.3.2 Impacto Comunitário

As empresas podem causar impactos profundos e duradouros nas comunidades onde operam. Esses impactos podem ser positivos, como geração de empregos e desenvolvimento local, mas também negativos, como deslocamento forçado, poluição, e conflitos sociais. A forma como a empresa interage com as comunidades locais pode determinar o sucesso ou o fracasso de suas operações.

Por exemplo, uma empresa de energia que constrói uma grande infraestrutura em uma região remota sem considerar adequadamente os impactos culturais, sociais e econômicos sobre as comunidades locais pode enfrentar resistência, protestos e perda da Licença Social para Operar, além dos impactos negativos causados às comunidades envolvidas.

3.3.3. Meio ambiente e implicações sociais

Embora o foco aqui seja a dimensão social, os riscos ambientais muitas vezes têm implicações diretas para as comunidades e os trabalhadores. Poluição do ar e da água, desmatamento, e mudanças climáticas podem afetar diretamente a saúde e o bem-estar das populações locais, gerando conflitos e litigância.

Por exemplo, uma empresa agrícola que utiliza pesticidas em larga escala sem considerar os efeitos sobre as comunidades vizinhas pode causar problemas de saúde pública, resultando em processos judiciais e perda de confiança da comunidade.

3.3.4 Diversidade e Inclusão

A falta de diversidade e inclusão dentro das operações da empresa e ao longo de sua cadeia de valor pode gerar riscos significativos. Esses riscos incluem desde práticas discriminatórias no local de trabalho até a falta de salvaguardas pelos direitos e tradições culturais das comunidades com as quais a empresa interage.

Por exemplo, uma empresa multinacional que não implementa políticas de diversidade em suas operações globais pode enfrentar desafios ao entrar em mercados onde questões de inclusão são particularmente sensíveis, levando a uma má recepção por parte da sociedade local e dificultando suas operações. Alterações político-culturais e sociais em comunidades do entorno gera impactos inestimáveis ao público em questão.

3.3.5. Saúde e Segurança

A saúde e a segurança de trabalhadores e comunidades são áreas críticas de risco social. Incidentes como acidentes de trabalho, exposição a substâncias tóxicas, ou desastres industriais podem ter consequências devastadoras para a empresa e para as pessoas afetadas.

Por exemplo, um incidente em uma fábrica que leva a uma explosão ou vazamento de produtos químicos pode não apenas causar vítimas entre os trabalhadores, mas também impactar negativamente a saúde das comunidades vizinhas, gerando repercussões legais e de reputação duradouras.

3.8. Considerações finais sobre riscos transversais

Esses riscos transversais demonstram que as empresas precisam de uma abordagem sistêmica e integrada para gerenciar a dimensão social do ESG. Ao invés de tratar os riscos sociais como problemas isolados, é crucial reconhecer sua interconexão e o potencial de um impacto em cadeia que pode afetar múltiplas áreas do negócio.

Identificar e compreender esses riscos é o primeiro passo para desenvolver estratégias eficazes de mitigação, que serão abordadas em capítulos posteriores. A gestão proativa desses riscos não apenas protege a empresa contra possíveis danos, mas também cria oportunidades para inovação, fortalecimento da marca e resiliência organizacional.

CAPÍTULO 4: DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E NORMAS

4.1. A Importância dos Documentos de Referência e Normas no ESG

No cenário atual, onde a transparência e a responsabilidade social se tornaram imperativos estratégicos, as empresas precisam adotar práticas robustas e alinhadas com normas e diretrizes reconhecidas internacionalmente. Esses documentos não apenas fornecem uma base ética e legal para as operações, mas também servem como guias para a implementação de estratégias eficazes de ESG, especialmente na dimensão social.

O alinhamento com essas normas ajuda as empresas a gerenciar riscos, melhorar sua reputação e ganhar a confiança de stakeholders. Além disso, o cumprimento de normas reconhecidas pode abrir portas para novos mercados e atrair investimentos responsáveis, que cada vez mais buscam organizações comprometidas com práticas sociais e ambientais sólidas.

4.2. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (ONU)

Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, publicados em 2011, estabelecem uma estrutura clara para a responsabilidade corporativa no que diz respeito aos direitos humanos.

Eles são baseados em três pilares fundamentais: Dever do Estado de Proteger os Direitos Humanos: Os governos têm a obrigação de proteger as pessoas contra abusos de direitos humanos por parte de terceiros, incluindo empresas.

Responsabilidade das Empresas de Respeitar os Direitos Humanos: As empresas devem evitar causar ou contribuir para impactos adversos sobre os direitos humanos e devem abordar tais impactos quando ocorrerem. Isso se aplica tanto às operações diretas quanto às atividades de fornecedores e parceiros de negócios.

Acesso a Remédios: Quando os direitos humanos são violados, deve haver acesso a mecanismos eficazes de remediação, tanto judiciais quanto extrajudiciais.

Esses princípios são reconhecidos globalmente e formam a base de muitas políticas de ESG. As empresas que adotam essas diretrizes estão melhor posicionadas para evitar violações de direitos humanos, mitigar riscos sociais e manter sua licença social para operar.

4.3. ISO 26000: Diretrizes sobre Responsabilidade Social

A ISO 26000 é uma norma internacional que fornece diretrizes sobre responsabilidade social, ajudando as empresas a operarem de maneira socialmente responsável. Ao contrário de outras normas ISO, a ISO 26000 não é certificável, mas é amplamente utilizada como um guia para integrar a responsabilidade social em todas as operações da empresa.

Os principais temas abordados pela ISO 26000 incluem:

Governança Organizacional: Promover a transparência, a ética e a responsabilidade na gestão da empresa.

Direitos Humanos: Respeitar e promover os direitos humanos em todas as operações.

Práticas de Trabalho: Garantir condições de trabalho justas, seguras e saudáveis.

Meio Ambiente: Minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade.

Práticas Leais de Operação: Lutar contra a corrupção, promover a concorrência leal e respeitar os direitos de propriedade.

Questões Relativas ao Consumidor: Garantir que os produtos e serviços sejam seguros e confiáveis.

Envolvimento e Desenvolvimento

Comunitário: Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

A adoção da ISO 26000 pode ajudar as empresas a estruturar suas práticas de responsabilidade social, garantindo que todos os aspectos do ESG sejam considerados e implementados de forma integrada.

4.4. Global Reporting Initiative (GRI)

O Global Reporting Initiative (GRI) é um conjunto de padrões para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, amplamente utilizado por empresas ao redor do mundo.

Os padrões GRI ajudam as empresas a medir e comunicar seus impactos econômicos, ambientais e sociais de maneira transparente e comparável.

Os relatórios GRI são estruturados em torno de três pilares:

Impactos Econômicos: Incluem aspectos como geração de empregos, pagamento de impostos e contribuição para o desenvolvimento econômico.

Impactos Ambientais: Cobrindo desde o uso de recursos naturais até a gestão de resíduos e emissões de gases de efeito estufa.

Impactos Sociais: Incluem práticas de trabalho, direitos humanos, impactos na comunidade e responsabilidade pelo produto. A adoção dos padrões GRI permite que as empresas relatem seu desempenho de maneira clara e transparente, facilitando a comparação entre empresas e setores. Isso fortalece a confiança dos stakeholders e ajuda as empresas a identificar áreas para melhoria contínua.

4.5. Protocolos de CLPI e Licença Social para Operar

A Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) é um protocolo fundamental para empresas que operam em territórios onde as comunidades locais, especialmente povos indígenas e comunidades tradicionais, podem ser impactadas por suas atividades.

A CLPI garante que essas comunidades sejam consultadas antes do início de qualquer projeto que possa afetá-las, e que seu consentimento seja obtido de maneira livre e informada. O conceito é oriundo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconheceu a todos povos indígenas e tradicionais o direito de serem consultados previamente a qualquer decisão ou projeto que possa afetar seus modos de vida. Esse direito é chamado de consentimento livre, prévio e informado e foi consagrado na Convenção nº 169 da OIT.

A Licença Social para Operar (LSO), por sua vez, não é um documento formal, mas uma aceitação tácita das operações de uma empresa por parte das comunidades locais e outros stakeholders. Sem a LSO, as empresas enfrentam riscos significativos de resistência, protestos e boicotes, que podem inviabilizar suas operações.

A adesão aos protocolos de CLPI e a manutenção da LSO são cruciais para qualquer empresa que deseje operar de forma sustentável e em harmonia com as comunidades locais. Ignorar esses aspectos pode resultar em conflitos sociais graves e na perda de apoio para continuar operando.

4.6. Outras Referências Importantes

Além dos documentos e normas já discutidos, há várias outras diretrizes que podem ser relevantes para a gestão da dimensão social do ESG:

SA8000 (Social Accountability 8000): Uma norma de certificação internacional que se concentra em melhorar as condições de trabalho em empresas e suas cadeias de suprimentos.

Diretrizes da OCDE para Empresas

Multinacionais: Fornecem recomendações para práticas empresariais responsáveis, com foco em direitos humanos, práticas trabalhistas e relações com a comunidade.

Pacto Global da ONU: Uma iniciativa voluntária baseada em compromissos das empresas com dez princípios universais, que incluem direitos humanos, normas trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.

AA1000 Stakeholder Engagement

Standard: Este padrão fornece um framework para a participação efetiva dos stakeholders, permitindo que as empresas engajem com suas partes interessadas de maneira significativa. O AA1000 ajuda as empresas a identificar e priorizar os stakeholders relevantes, entender suas expectativas e integrar essas expectativas na tomada de decisão. A adoção desse padrão pode fortalecer a confiança e a colaboração entre a empresa e seus stakeholders, reduzindo riscos sociais e criando valor compartilhado.

Equator Principles: Os Princípios do Equador são um conjunto de diretrizes de gestão de risco adotadas por instituições financeiras para determinar, avaliar e gerenciar riscos sociais e ambientais em projetos de grande porte. Esses princípios são aplicados a todos os setores industriais e são baseados em normas como os Princípios Orientadores da ONU e as normas de desempenho da IFC (International Finance Corporation). As empresas que buscam financiamento para projetos devem alinhar-se a esses princípios para garantir que seus projetos não resultem em impactos adversos significativos.

4.7. Implementando Normas e Documentos de Referência: Desafios e Oportunidades

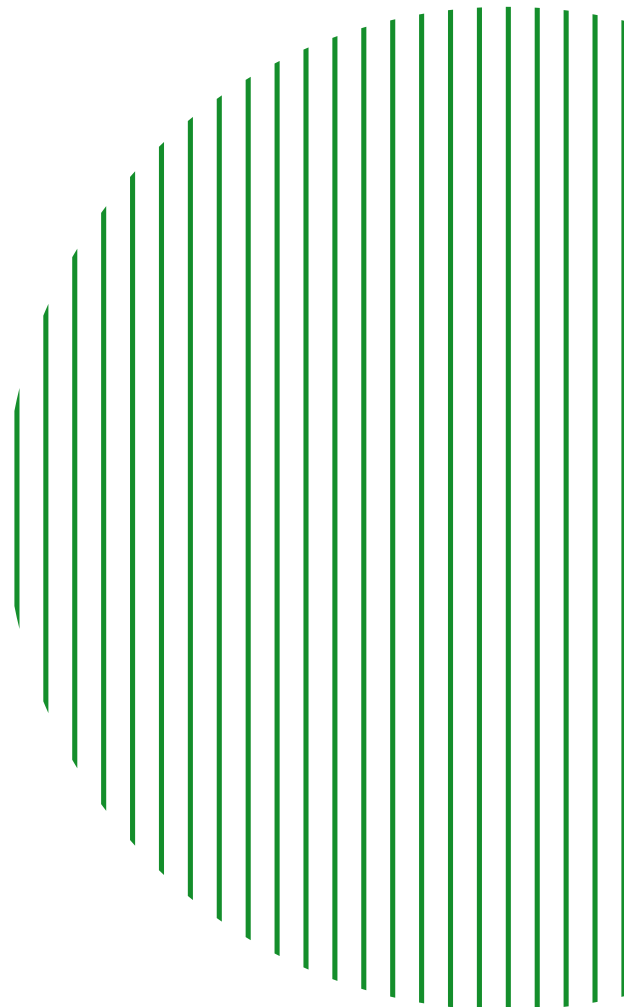
Embora a adoção de normas e documentos de referência seja crucial para a gestão de ESG, as empresas muitas vezes enfrentam desafios na implementação prática desses padrões. Esses desafios podem incluir a complexidade das cadeias de suprimentos, a variação das normas regulatórias entre países, e a resistência interna à mudança.

No entanto, esses desafios também apresentam oportunidades. As empresas que conseguem implementar eficazmente essas normas podem não apenas mitigar riscos, mas também se posicionar como líderes em responsabilidade social, atraindo investidores, clientes e talentos que valorizam o compromisso com o ESG.

Os documentos de referência e normas discutidos neste capítulo fornecem a base para uma gestão social responsável e eficaz.

Eles ajudam as empresas a alinhar suas práticas com expectativas globais, a proteger os direitos humanos, a melhorar suas relações com as comunidades e a garantir que suas operações sejam sustentáveis a longo prazo.

Ao adotar essas diretrizes, as empresas não estão apenas cumprindo suas obrigações legais e éticas, mas também criando valor duradouro para seus stakeholders e para a sociedade em geral. Nos próximos capítulos, exploraremos como as empresas podem transformar essas diretrizes em ações concretas que promovam um impacto positivo e sustentável.



CAPÍTULO 5: ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA A GESTÃO DE RISCOS SOCIAIS E AÇÕES ESTRUTURANTES

GERENCIAMENTO - Questões Sociais

Políticas da Empresa	Diagnósticos	Relacionamentos	Planos de Ação em resposta aos riscos	Programas estruturantes
Referências e padrões internacionais	Caracterizações territoriais	Espaços de diálogos	Medidas de Mitigação	Inclusão econômica e geração de renda
Planos	Mapeamento da cadeia de valor	Co-construções	Reparação	Segurança Alimentar
Processos	Due diligence social	CLPI	Compensação	Qualificação fornecedores
Treinamentos	Identificação de riscos e grupos vulneráveis	Licença Social para Operar		Juventudes
		Articulação e engajamento de demais partes interessadas		Direitos humanos

5.1. Políticas da Empresa

As políticas da empresa são a espinha dorsal de qualquer estratégia de ESG eficaz, especialmente quando se trata de gerenciar os riscos e as ações relacionadas à dimensão social. Para que uma empresa seja bem-sucedida na gestão desses aspectos, é essencial que suas políticas sejam claras, abrangentes e alinhadas com padrões internacionais reconhecidos.

Isso não apenas garante a conformidade com as expectativas globais, mas também posiciona a empresa como uma líder em responsabilidade social.

Referências e Padrões Internacionais:

A base para qualquer política social robusta deve estar alinhada com referências e padrões internacionais, que já mencionamos anteriormente. Essas normas oferecem diretrizes claras sobre como as empresas devem operar de maneira ética e responsável, respeitando os direitos humanos e minimizando impactos sociais adversos.

Desenvolvimento e Implementação de Políticas:

Uma política eficaz deve ser desenvolvida em colaboração com stakeholders internos e externos, garantindo que todos os aspectos relevantes sejam considerados. Além disso, a implementação dessas políticas deve ser integrada na estratégia corporativa, com processos claros para garantir que sejam seguidas em todas as operações. Isso inclui a alocação de recursos adequados, treinamento de funcionários e a criação de sistemas de monitoramento e avaliação.

Processos e Procedimentos:

Estabelecer processos e procedimentos claros é crucial para garantir que as políticas sociais sejam aplicadas consistentemente em toda a empresa. Isso inclui desde a integração das políticas nos contratos com fornecedores até a criação de canais para denúncias e o tratamento adequado de questões sociais. A revisão periódica desses processos é igualmente importante para garantir que permaneçam relevantes e eficazes.

Treinamentos e Capacitação:

Para que as políticas sociais sejam realmente eficazes, é essencial que todos os funcionários, em todos os níveis, estejam cientes de suas responsabilidades e capacitados para aplicar essas políticas em suas funções diárias. Isso inclui treinamentos regulares, workshops e campanhas de conscientização que garantam uma compreensão profunda dos valores e das expectativas da empresa.

5.2. Diagnósticos

O diagnóstico é o primeiro passo crítico para uma gestão social eficaz. Ele envolve a análise detalhada dos impactos sociais da empresa, tanto dentro quanto fora de suas operações diretas. Um diagnóstico bem feito permite que a empresa identifique riscos, entenda os desafios enfrentados pelas comunidades e stakeholders, e desenvolva estratégias eficazes para mitigá-los.

Caracterizações Territoriais e Mapeamento da Cadeia de Valor:

Um diagnóstico eficaz começa com a caracterização territorial e o mapeamento da cadeia de valor. Isso envolve uma análise detalhada dos territórios onde a empresa opera e de toda a cadeia de valor, incluindo fornecedores, distribuidores e parceiros. O objetivo é identificar áreas de impacto potencial e entender como as operações da empresa afetam diretamente os territórios e as comunidades.

Identificação de Riscos e Grupos Vulneráveis:

A identificação de riscos sociais é essencial para antecipar problemas e desenvolver estratégias de mitigação. Isso inclui não apenas a análise de riscos diretos, como trabalho infantil ou más condições de trabalho, mas também a identificação de grupos vulneráveis que podem ser desproporcionalmente afetados pelas operações da empresa. A utilização de ferramentas como a matriz de materialidade pode ajudar a priorizar os riscos mais críticos e definir ações específicas para mitigá-los.

Due Diligence Social:

A due diligence social é um processo contínuo que vai além da simples identificação de riscos. Ela envolve a monitorização regular das práticas sociais ao longo da cadeia de valor, assegurando que as operações da empresa e de seus parceiros estejam alinhadas com as políticas e padrões estabelecidos. A due diligence social permite que a empresa responda rapidamente a quaisquer violações ou problemas identificados, minimizando danos e protegendo sua reputação.

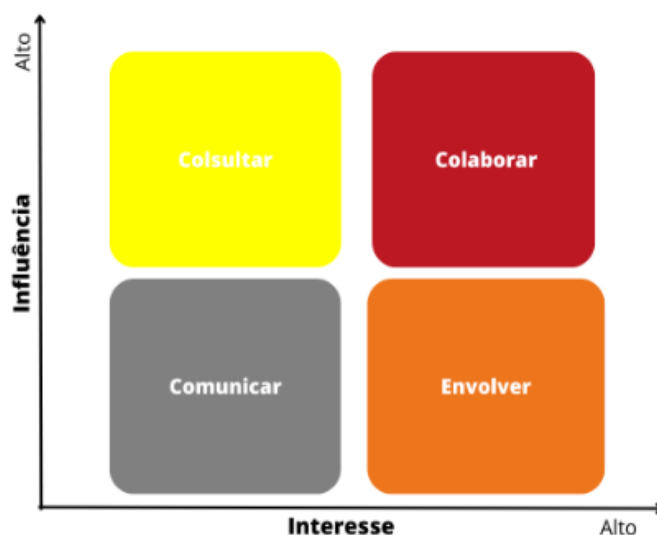
5.3. Relacionamentos

A construção de relacionamentos sólidos com stakeholders é fundamental para o sucesso de qualquer estratégia de ESG. Esses relacionamentos devem ser baseados em confiança, transparência e co-construção, garantindo que as necessidades e expectativas de todas as partes interessadas sejam consideradas e respeitadas.

Mapeamento de Stakeholders, Partes Interessadas e a construção de Programas de Relacionamento/Engajamento

É essencial que as empresas mapeiem os atores impactados por suas operações, como mencionado previamente. No entanto, é importante destacar a necessidade de construir estratégias de comunicação específicas para cada grupo que possa ser impactado ou que possa impactar suas atividades. Além disso, esses atores podem desempenhar um papel fundamental na construção da reputação da empresa nos territórios em que atua.

Os atores mapeados (com o mapeamento atualizado periodicamente) devem ser classificados nos quadrantes abaixo – Consultar, Comunicar, Colaborar e Envolver – para que, a partir disso, sejam definidas estratégias de comunicação e relacionamento específicas para cada grupo e ator relevante.



Espaços de Diálogo e Co-Construções:

Criar espaços de diálogo abertos e inclusivos é essencial para entender as preocupações e expectativas dos stakeholders. Isso inclui a realização de consultas regulares com comunidades locais, trabalhadores, ONGs e outros atores relevantes. A co-construção, onde as soluções são desenvolvidas em conjunto com as partes interessadas, é uma abordagem eficaz para garantir que as estratégias da empresa estejam alinhadas com as necessidades reais das comunidades.

CLPI e Licença Social para Operar:

A Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) é um protocolo vital para garantir que as comunidades afetadas por projetos empresariais sejam ouvidas e respeitadas. A manutenção da Licença Social para Operar (LSO) depende diretamente do relacionamento da empresa com as comunidades locais e da sua capacidade de responder às suas preocupações. A falta de uma CLPI adequada pode resultar em conflitos sociais graves e na perda da LSO, comprometendo as operações da empresa.

Articulação e Engajamento com Demais Partes Interessadas:

Além das comunidades locais, as empresas precisam engajar ativamente outras partes interessadas, como governos, ONGs, acadêmicos e o setor privado. A articulação com essas partes interessadas é crucial para construir parcerias, alavancar recursos e promover soluções coletivas para os desafios sociais. Um engajamento eficaz ajuda a fortalecer a resiliência social e a criar valor compartilhado para todas as partes envolvidas.

5.4. Temas Materiais (Materialidade)

Os temas materiais são aqueles que mais importam para os stakeholders da empresa e que têm o maior impacto sobre suas operações. Identificar e priorizar esses temas é fundamental para garantir que a empresa esteja focando nos aspectos mais críticos da sua gestão social.

Identificação e Priorização de Temas

Materiais:

A identificação dos temas materiais deve ser um processo contínuo e participativo, envolvendo consultas com stakeholders internos e externos. A matriz de materialidade é uma ferramenta eficaz para mapear esses temas, ajudando a empresa a entender quais questões são mais importantes para seus stakeholders e como elas podem impactar sua operação e reputação.

Integração dos Temas Materiais na Estratégia:

Uma vez identificados, os temas materiais devem ser integrados na estratégia corporativa da empresa. Isso inclui o desenvolvimento de metas específicas, a alocação de recursos e a implementação de ações que respondam diretamente a esses temas. A integração dos temas materiais na estratégia ajuda a garantir que a empresa esteja focando nos aspectos que realmente importam, tanto para o sucesso de seus negócios quanto para o bem-estar das comunidades e stakeholders.

5.5. Planos de Ação em Resposta aos Riscos

Após a identificação dos riscos e dos temas materiais, a empresa deve desenvolver planos de ação específicos para mitigar, reparar ou compensar os impactos sociais negativos. Esses planos devem ser robustos, abrangentes e orientados para resultados concretos.

Medidas de Mitigação, Reparação e Compensação:

As medidas de mitigação são as primeiras ações a serem implementadas, visando reduzir ou eliminar os impactos negativos antes que eles ocorram. Quando os impactos são inevitáveis, a empresa deve estar preparada para implementar medidas de reparação, corrigindo os danos causados. Em casos onde a reparação direta não é possível, medidas de compensação devem ser adotadas para oferecer alternativas que beneficiem as comunidades afetadas.

Inclusão Econômica e Geração de Renda, Segurança Alimentar, Qualificação de Fornecedores, Juventudes e Direitos Humanos:

Esses temas são áreas críticas que podem ser abordadas dentro dos planos de ação da empresa. Programas que promovam a inclusão econômica e a geração de renda, por exemplo, podem ajudar a fortalecer as comunidades, enquanto iniciativas de qualificação de fornecedores garantem que toda a cadeia de valor esteja alinhada com os padrões sociais da empresa. O foco em juventudes e direitos humanos é igualmente importante, garantindo que os grupos mais vulneráveis sejam protegidos e empoderados.

5.6. Empresas como agentes de Transformação Social nos territórios - Programas Estruturantes e Relação com o Investimento Social da Empresa

Desenvolvimento de Programas Estruturantes: Os programas estruturantes são iniciativas de longo prazo que visam resolver problemas sociais complexos de forma sustentável e integrada.

Para que esses programas sejam realmente eficazes, é crucial que sejam baseados em Caracterizações e Diagnósticos Socioeconômicos Territoriais, que fornecem uma análise detalhada das características geográficas, sociais, econômicas e culturais das regiões onde a empresa opera. Esses diagnósticos utilizam dados primários e secundários, e envolvem a participação de atores locais para identificar riscos, oportunidades e demandas específicas. Dessa forma, a estratégia social da empresa estará alinhada com as necessidades reais e as potencialidades do território, promovendo um impacto mais profundo e duradouro.

Esses diagnósticos ajudam a entender melhor como as atividades empresariais afetam as comunidades e os ecossistemas locais, e guiam o desenvolvimento de programas em áreas como educação, saúde, capacitação profissional e desenvolvimento comunitário, que, de fato, respondam às evidências levantadas. Além disso, a participação efetiva de atores locais no processo de diagnóstico fortalece a legitimidade dos programas, tornando-os mais relevantes e eficazes.

O investimento social privado é um componente crucial para o sucesso dos programas estruturantes. Ao alocar recursos financeiros e humanos para essas iniciativas, a empresa não apenas cumpre suas responsabilidades sociais, mas também fortalece sua reputação e cria valor compartilhado. A integração desses programas com a estratégia de investimento social da empresa garante que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e alinhada com os objetivos de negócio.

Exemplos de Programas:

Programas bem-sucedidos incluem iniciativas como parcerias com instituições educacionais para oferecer cursos de capacitação, programas de apoio à segurança alimentar em comunidades vulneráveis, e projetos que incentivem a inclusão econômica através de microcrédito e empreendedorismo. Esses exemplos demonstram como os programas estruturantes podem ter um impacto positivo significativo, tanto para as comunidades quanto para a empresa.

Monitoramento e Avaliação de Impacto:

Para garantir que os programas estruturantes alcancem os objetivos desejados, é essencial implementar sistemas robustos de monitoramento e avaliação. Esses sistemas devem estar fundamentados nas caracterizações e diagnósticos territoriais realizados anteriormente, garantindo que o acompanhamento dos resultados seja feito com base nas realidades específicas do território. Ferramentas como indicadores de desempenho, pesquisas de satisfação e análises de impacto social são fundamentais para avaliar o sucesso dos programas e garantir que eles estejam realmente contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A avaliação contínua, baseada nos dados socioeconômicos do território, também permite que a empresa demonstre de forma transparente os resultados alcançados para os stakeholders, incluindo investidores, parceiros e as próprias comunidades beneficiadas. Isso fortalece a credibilidade da empresa e pode atrair novos recursos e parcerias para expandir e replicar os programas em outras regiões ou setores.

Programa de Voluntariado:

Muitas companhias estruturam programas de voluntariado como parte de sua estratégia de atuação social, com o objetivo de engajar e capacitar seus colaboradores e lideranças nas articulações e operações que promovam a empresa como agente de transformação social local. Os benefícios relatados pelas pesquisas são muitos: aumento da satisfação, motivação e engajamento dos colaboradores, redução de faltas, aumento da produtividade, entre outros.

Além disso, as novas gerações desejam trabalhar em companhias reconhecidas por sua atuação socioambiental responsável (voluntariado e defesa de causas podem operar como atrativos e retenção de talentos).

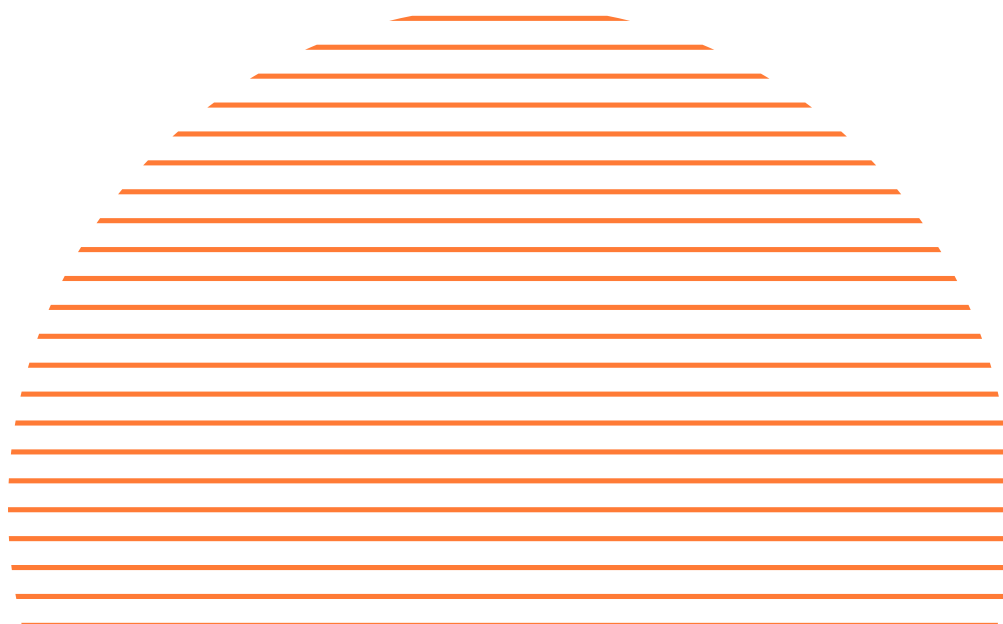
É fundamental estruturar programas de voluntariado sólidos, dentro do horário de trabalho remunerado, com objetivos, atividades e metas específicas, além de investir em uma estrutura que ofereça boas condições de trabalho.

Parcerias com sociedade civil e poder público locais:

Destaca-se aqui o papel das parcerias e articulações, seja com ONGs, coletivos, movimentos e associações de defesa de direitos ou comunitárias, mas também com o poder público presente nos territórios. O Terceiro Setor tem expertise na construção e implementação de programas e projetos socioambientais, atuando de forma profissional, com conhecimento profundo das causas, diagnósticos e prognósticos.

Uma cultura de doação responsável e efetiva a longo prazo pode fortalecê-lo, ampliando e estruturando ainda mais suas atividades, resultados e impactos positivos. Já o poder público tem a função de, junto à sociedade civil, compor conselhos, audiências e gerir o orçamento público de forma responsável, a fim de executar políticas e programas de grande magnitude e potencial transformador.

A articulação com empresas e seus parceiros pode fortalecer essa gestão, qualificando e expandindo o desempenho e os impactos socioambientais pretendidos, numa construção coletiva e participativa.



CAPÍTULO 6: TENDÊNCIAS E NOVAS EXIGÊNCIAS

6.1. Diretiva de Direitos Humanos da União Europeia

Conforme já mencionamos, a Diretiva de Direitos Humanos da União Europeia é uma das mudanças regulatórias mais significativas dos últimos anos, com implicações profundas para empresas que operam em cadeias de valor globais. Esta diretiva exige que as empresas realizem a diligência devida em direitos humanos e sustentabilidade em todas as suas operações, incluindo aquelas realizadas por seus fornecedores e parceiros de negócios. A diretiva se aplica a grandes empresas da UE, bem como a empresas não europeias que operam no mercado europeu, tornando-se uma força motriz para a mudança global.

Impacto e Requisitos:

A diretiva obriga as empresas a identificar, prevenir, mitigar e remediar os impactos adversos sobre os direitos humanos e o meio ambiente ao longo de toda a cadeia de valor. Isso inclui a realização de avaliações regulares de risco, a criação de planos de ação para mitigar esses riscos, e a transparência em relação às práticas empresariais. As empresas que não cumprirem esses requisitos podem enfrentar sanções severas, incluindo multas significativas e até a exclusão do mercado europeu.

Mudança de Paradigma:

Essa diretiva representa uma mudança de paradigma, onde a diligência devida deixa de ser apenas uma boa prática recomendada para se tornar uma obrigação legal. As empresas devem agora adotar uma abordagem proativa, integrando a diligência devida em direitos humanos em sua estratégia corporativa e operações diárias, garantindo que suas cadeias de valor estejam alinhadas com os mais altos padrões éticos e legais.

6.2. Pressões dos Stakeholders

As pressões dos stakeholders – incluindo investidores, consumidores, ONGs, e a sociedade em geral – estão aumentando, impulsionando as empresas a adotarem práticas mais responsáveis e transparentes. Esses grupos estão cada vez mais atentos ao impacto social e ambiental das operações empresariais, exigindo que as empresas não apenas minimizem os impactos negativos, mas também contribuam ativamente para o desenvolvimento sustentável.

Investidores:

Os investidores estão desempenhando um papel crucial ao priorizar investimentos em empresas que demonstram forte desempenho em ESG.

Isso se reflete na crescente popularidade de fundos de investimento que seguem critérios ESG, pressionando as empresas a melhorar suas práticas sociais e ambientais para atrair capital.

Consumidores Conscientes:

Os consumidores, especialmente as gerações mais jovens, estão cada vez mais preocupados com o impacto das empresas no mundo.

Eles preferem comprar de empresas que compartilham seus valores e demonstram um compromisso real com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Essa mudança nas preferências do consumidor está forçando as empresas a se tornarem mais transparentes e a melhorar suas práticas para manter sua base de clientes.

Sociedade Civil organizada:

Grupos da sociedade civil estão usando sua influência para pressionar as empresas a adotar práticas mais responsáveis. Por meio de campanhas, relatórios e advocacy, essas organizações estão trazendo à tona questões sociais e ambientais, forçando as empresas a responder e adaptar suas práticas.

6.3. Futuro das Exigências Regulatórias

O futuro das exigências regulatórias está caminhando para um cenário onde a diligência devida em direitos humanos e sustentabilidade se tornará um padrão global. Várias jurisdições estão seguindo os passos da União Europeia, desenvolvendo suas próprias legislações que exigem maior transparência e responsabilidade das empresas em relação aos seus impactos sociais e ambientais.

Tendências Globais:

Países como o Canadá, a Austrália e o Reino Unido estão explorando ou implementando suas próprias versões de leis de diligência devida. Essa tendência global está criando um ambiente onde as empresas precisam estar preparadas para cumprir uma variedade de requisitos legais em diferentes mercados, aumentando a complexidade da conformidade regulatória.

Integração de ESG nas Normas Contábeis:

Outra tendência importante é a integração de critérios ESG nas normas contábeis internacionais. Isso significa que as empresas podem, em breve, ser obrigadas a relatar seu desempenho social e ambiental da mesma forma que relatam seus resultados financeiros, aumentando a pressão por maior transparência e precisão na comunicação de seus impactos sociais.

Aceleração da Transparência:

Com o avanço das tecnologias de informação e a crescente demanda por transparência, as empresas enfrentarão uma pressão ainda maior para divulgar informações detalhadas sobre suas práticas ESG. Aqueles que não conseguirem se adaptar podem enfrentar riscos significativos, tanto em termos de reputação quanto de conformidade legal.

CAPÍTULO 7: RASTREANDO SUA CADEIA EM PROL DOS DIREITOS HUMANOS

No cenário atual, a rastreabilidade emergiu como um dos pilares fundamentais para a gestão sustentável nas cadeias de valor. Tradicionalmente associada à garantia de práticas ambientais responsáveis, a rastreabilidade está se tornando cada vez mais relevante na gestão social. Isso se deve ao crescente reconhecimento de que a sustentabilidade plena não pode ser alcançada sem a garantia de condições justas e seguras para todos os envolvidos na produção e distribuição de bens.

7.1 A Importância da Rastreabilidade na Dimensão Social

Embora a rastreabilidade seja amplamente reconhecida por seus benefícios ambientais, seu impacto na dimensão social é igualmente significativo. A rastreabilidade permite que as empresas garantam que todos os elos de sua cadeia de valor estejam em conformidade com as normas de direitos humanos, condições de trabalho dignas e respeito às comunidades locais. Com a crescente pressão de stakeholders e a implementação de regulamentos mais rígidos, as empresas precisam demonstrar que suas operações não contribuem para práticas inaceitáveis, como trabalho forçado, trabalho infantil ou condições de trabalho degradantes.

Benefícios Sociais da Rastreabilidade:

- **Proteção dos Direitos Humanos:**

A rastreabilidade permite identificar e eliminar práticas abusivas, como trabalho forçado ou infantil, ao longo da cadeia de valor.

- **Melhoria das Condições de**

Trabalho: Empresas podem monitorar as condições de trabalho em todas as etapas da produção, garantindo que os trabalhadores tenham um ambiente seguro e justo.

- **Empoderamento das Comunidades:**

Ao rastrear produtos desde a origem, as empresas podem garantir que os benefícios da produção sejam adequadamente distribuídos, especialmente em regiões vulneráveis, fortalecendo a inclusão econômica e social.

7.2 A Integração da Rastreabilidade na Estratégia de ESG

Para maximizar os benefícios da rastreabilidade, as empresas devem integrá-la como uma parte central de sua estratégia de ESG. Isso envolve não apenas a adoção de tecnologias avançadas para o monitoramento da cadeia de valor, mas também a criação de políticas e procedimentos claros que assegurem que os dados coletados sejam utilizados para melhorar continuamente as práticas sociais e ambientais.

Estratégias para Implementar Rastreabilidade:

- **Tecnologia de Monitoramento:**
Utilizar sistemas de blockchain, IoT e big data para garantir a integridade e a transparência das informações ao longo da cadeia de valor.
- **Certificações Socioambientais:**
Obter certificações reconhecidas que validem as práticas sociais e ambientais da empresa, reforçando a credibilidade junto aos stakeholders.
- **Engajamento dos Stakeholders:**
Trabalhar em colaboração com fornecedores, comunidades locais e outras partes interessadas para garantir que todos compreendam e cumpram os padrões estabelecidos.

7.3 Confiaprod: Uma Solução Completa para Rastreabilidade Socioambiental

Em um cenário onde a rastreabilidade se torna cada vez mais crucial, o Confiaprod se destaca como uma solução robusta e integrada que combina tecnologia digital e social para promover a transparência e a gestão eficiente ao longo da cadeia de valor.

O Confiaprod oferece ferramentas que permitem às empresas rastrear seus produtos desde o campo até o consumidor final, garantindo que tanto os padrões ambientais

Como o Confiaprod Contribui:

- **Rastreabilidade Completa:** O Confiaprod permite que as empresas acompanhem cada etapa da produção, assegurando que os produtos sejam provenientes de fontes responsáveis e que as práticas de produção sejam justas e seguras.
- **Gerenciamento de Certificações:**
A plataforma auxilia na gestão das certificações socioambientais, monitorando automaticamente a conformidade com os padrões exigidos.
- **Tecnologia Social Combinada:** Além da rastreabilidade digital, o Confiaprod integra tecnologia social para capacitar comunidades e pequenos produtores, garantindo que todos os atores da cadeia de valor estejam incluídos e fortalecidos.

Compromisso com Direitos Humanos:

Com foco na Due Diligence Social, o Confiaprod mapeia e monitora riscos relacionados aos direitos humanos, ajudando a erradicar práticas abusivas e a promover ambientes de trabalho dignos.

O **ConfiaProd** não é apenas uma ferramenta de rastreabilidade; é uma solução que integra tecnologia e humanidade para construir cadeias de valor mais justas, transparentes e sustentáveis. Em um mundo onde os consumidores e reguladores exigem cada vez mais responsabilidade das empresas, o ConfiaProd oferece as ferramentas necessárias para garantir que sua empresa esteja na vanguarda da sustentabilidade e da responsabilidade social.



CAPÍTULO 8: QUAIS SERÃO SEUS PRÓXIMOS PASSOS?

Agora que você está equipado com insights estratégicos sobre como gerenciar e inovar na dimensão social do ESG, é hora de agir. A responsabilidade social não é apenas uma exigência regulatória; é uma oportunidade para as empresas se diferenciarem, construir resiliência e fortalecerem sua posição no mercado global.

Incorpore o 'S' na Estratégia Corporativa:

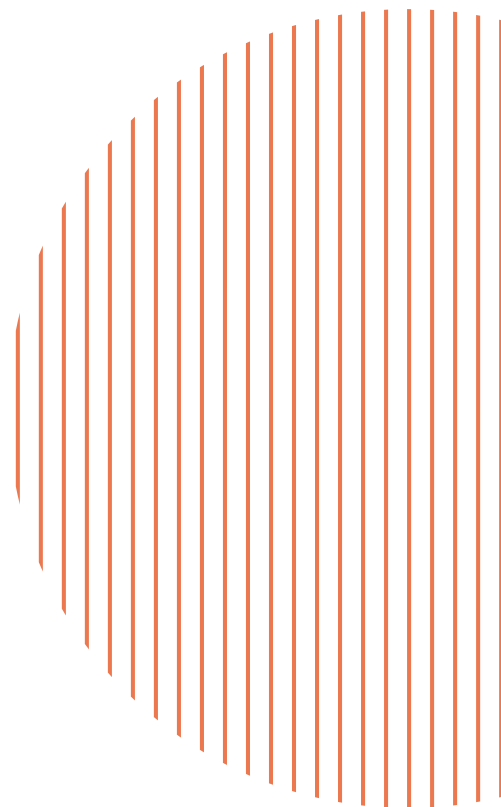
Integre o "S" do ESG em todas as áreas da sua operação. Desenvolva políticas que sejam refletidas nas práticas diárias e que estejam em conformidade com os mais altos padrões globais. Certifique-se de que a responsabilidade social esteja no centro de suas decisões estratégicas, influenciando desde o desenvolvimento de produtos até a gestão da cadeia de suprimentos.

Adote Inovações para Potencializar o Impacto Social:

Aproveite as inovações discutidas neste eBook para melhorar suas práticas sociais. Obtenha certificações que validem suas práticas, implemente tecnologias que garantam a rastreabilidade e engaje-se em redes multistakeholders para co-criar soluções eficazes para os desafios sociais.

Monitore, Avalie e Melhore Continuamente:

A gestão social não é um esforço único. Implemente sistemas de monitoramento e avaliação para medir o impacto de suas iniciativas e faça ajustes contínuos para garantir que suas ações sejam eficazes e estejam alinhadas com os objetivos estratégicos de longo prazo.



CAPÍTULO 9: CASES TERROÁ

Ao longo dos anos, o Instituto Terroá tem apoiado empresas no desenvolvimento e implementação de estratégias de investimento social privado (ISP) e práticas de governança socioambiental. A seguir, destacamos alguns cases que exemplificam como o Terroá atua para maximizar o impacto social e promover a sustentabilidade empresarial em diferentes setores.

Case 1: Caracterizações Territoriais para Investimento Social Privado (ISP)

O Instituto Terroá tem realizado caracterizações territoriais e diagnósticos sociais participativos em diversos municípios, um passo essencial para o planejamento estratégico de ações sociais corporativas. Utilizando uma metodologia robusta, que inclui levantamento de dados secundários, entrevistas com atores sociais locais e workshops participativos, o Terroá ajuda empresas a compreenderem as realidades dos territórios em que atuam. Esse conhecimento aprofundado permite identificar desafios e oportunidades locais, direcionando o investimento social privado de forma mais assertiva. Relatórios completos e executivos são produzidos para subsidiar a tomada de decisão das empresas, garantindo que seus recursos sejam aplicados de maneira eficaz e estratégica.

Case 2: Promoção de Direitos Humanos em Cadeias de Valor

O Instituto Terroá também atua de maneira proativa na promoção de direitos humanos nas cadeias de valor de empresas parceiras. Por meio de diagnósticos, auditorias e visitas in loco, o Terroá avalia as condições laborais e identifica possíveis violações, propondo soluções para mitigar riscos e promover práticas empresariais mais justas e seguras. Ao longo dos anos, o Terroá tem ajudado empresas a implementar melhorias contínuas, garantindo o cumprimento dos direitos humanos e a criação de ambientes de trabalho mais éticos e sustentáveis.

Case 3: Qualificação e Maximização do Impacto Social Corporativo

A qualificação e maximização do impacto social corporativo é um dos pilares do trabalho do Instituto Terroá. Em colaboração com empresas, o Terroá revisa e redesenha políticas e programas de impacto social, garantindo que iniciativas como voluntariado corporativo e engajamento com comunidades sejam desenvolvidas de forma técnica, participativa e eficaz. Além disso, o Terroá cria metodologias de engajamento que fortalecem a comunicação com stakeholders e aprimoram a governança ESG. Esses esforços têm ajudado empresas a fortalecer suas estratégias sociais e a maximizar os impactos positivos de seus projetos. Empresas como Votorantim Cimentos, Instituto Votorantim, Citrosuco, Minerva e Grupo São Martinho já foram beneficiadas por essas iniciativas, consolidando o compromisso com práticas empresariais responsáveis e a melhoria contínua de sua governança socioambiental.

CONVITE PARA PARCERIA



No Instituto Terroá, entendemos que navegar pelos desafios e oportunidades do ESG pode ser complexo. É por isso que oferecemos consultoria especializada para ajudá-lo a integrar e fortalecer o "S" em suas estratégias de negócio. Trabalhamos com você para desenvolver soluções personalizadas que atendam às suas necessidades específicas, garantindo que sua empresa esteja preparada para enfrentar os desafios sociais e ambientais do futuro.

O que fazemos?

- Due diligence social, estudos e análises de riscos e impactos
- Diagnósticos e caracterizações territoriais
- Materialização e valorização de estratégia ESG
- Qualificação do Investimento Social Privado e da estratégia ESG
- Treinamentos de lideranças de áreas ESG

Entre em Contato:

Convidamos você a explorar as soluções que o Instituto Terroá pode oferecer. Juntos, podemos criar estratégias que não apenas mitiguem riscos, mas que também potencializem oportunidades para criar valor compartilhado, fortalecer sua marca e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Vamos transformar sua visão em realidade e fazer do "S" no ESG um verdadeiro diferencial competitivo para sua empresa. Estamos prontos para apoiar sua jornada rumo a um futuro mais justo, inclusivo e sustentável.

contato@institutoterroa.org

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

European Commission (2022).

Directive on Corporate Sustainability Due Diligence.

Available at: <https://ec.europa.eu/>

Parlamento Europeu (2023).

Corporate Sustainability Due Diligence Directive (CS3D).

Available at: <https://www.europarl.europa.eu/>

United Nations (2011).

Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations "Protect, Respect and Remedy" Framework.

Available at: <https://www.ohchr.org/>

International Organization for Standardization (ISO) (2010).

ISO 26000: Guidance on Social Responsibility.

Available at: <https://www.iso.org/>

Global Reporting Initiative (GRI) (2020).

Consolidated Set of GRI Sustainability Reporting Standards 2020.

Available at: <https://www.globalreporting.org/>

OECD (2011).

OECD Guidelines for Multinational Enterprises.

Available at: <https://www.oecd.org/>

Blomstein Law Firm (2023).

Commentary on the Impact of the CS3D Directive.

Available at: <https://www.blomstein.com/>

Fair Trade International (2021).

Fair Trade Standards and Practices.

Available at: <https://www.fairtrade.net/>

SAI (2014).

SA8000 Standard: Social Accountability International.

Available at: <https://sa-intl.org/>

United Nations Global Compact (2015).

The Ten Principles of the UN Global Compact.

Available at: <https://www.unglobalcompact.org/>

World Economic Forum (2021).

Sustainable Development Impact Summit.

Available at: <https://www.weforum.org/>



Documento elaborado pelo Instituto Terroá
